



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR - CFI

SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO - SND

João Ricardo Gama e Andréa Simone Rente Leão
Organizadores

Ciclo de Formação Geral da UFOPA

Coleção DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Série MÓDULOS INTERDISCIPLINARES - TEXTOS

Volume 1

Santarém - Pará
2012

Texto 6

DIVERSIDADE BIOCULTURAL: CONVERSAS SOBRE ANTROPOLOGIA(S) NA AMAZÔNIA

Jane Felipe Beltrão
Denise Pahl Schaan
Hilton Pereira da Silva¹

1 ANTROPOLOGIA(S) E DIVERSIDADE BIOCULTURAL

Diversidade biocultural é a pedra de toque dos profissionais que trabalham no campo da(s) Antropologia(s), especialmente na Amazônia, pois implica em conversar sobre a pluralidade de sociedades existentes no Brasil. Pluralidade que salta aos olhos e se apresenta como um raro mosaico, que nem sempre é compreendido como deveria.

Para trabalhar a diversidade na Antropologia é preciso considerar que a(s) cultura(s) mantida(s) socialmente se constituem como teia(s) de significados que enlaça(m) os humanos em sua trama e os distinguem a partir do conjunto de comportamentos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam as diversas sociedades ou grupos sociais, o que abrange, para além das letras e das artes, os modos de vida, as maneiras de viver e conviver, os sistemas políticos, jurídicos, religiosos, econômicos e sociais, as tradições, os valores e as crenças (GEERTZ, 1989). Conjunto que, eleito socialmente, é caminho constitutivo de identidades diferenciadas que se apresentam de forma *sui generis* (únicas) e que devem ser respeitadas como vias legítimas de estarem no mundo, equivalentes a quaisquer outras formas de viver. Portanto, a diferença que aponta para a diversidade biocultural deve ser pensada como equivalente, jamais como desigualdade! Assim refletindo, pode-se pensar os humanos como seres “integrados” socialmente de tal maneira

¹ Jane Felipe Beltrão é mestre em Antropologia pela UnB (Universidade de Brasília) e doutora em História pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Denise Pahl Schaan é doutora em Antropologia Social pela University of Pittsburgh. Hilton Pereira da Silva é doutor em Bioantropologia pela Ohio State University. Todos são professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA (Universidade Federal do Pará), atuando no NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) dessa instituição.

que se torna impossível distinguir o animal biológico do animal cultural, pois as fronteiras se apresentam a cada dia mais rasuradas, borradas, fato que requer referenciais sofisticados para empreender análises antropológicas.

Parafraseando Doudou Diène (2006)², que, referindo provérbio senegalês, diz: “[à] noite, na floresta, quando os ramos das árvores se quebram, as raízes se abraçam [...]”, podemos pensar as árvores como as mangueiras (que o colonizador importou de longe e que nós transformamos em símbolo no Pará), nas quais cada ramo pode ser tomado como povos que, na Amazônia, ainda combatem o colonialismo interno e externo para livrar-se da vulnerabilização à qual foram/são submetidos e que, por razões históricas, lutam contra o *grande cerco de paz* (SOUZA LIMA, 1995) imposto por muitos, como o fazem os povos indígenas e as populações tradicionais – aqui compreendidas como quilombolas, ribeirinhos e assentados, entre outros, que lutam pela manutenção de seus territórios. O problema é que as mangueiras não oferecem sombra como antes e estão, em geral, cheias de “erva de passarinho”, erva que se constitui em impedimento à união de povos, os quais se tornam antagonísticos e combatem entre si, como frequentemente assistimos.

A metáfora senegalesa pode ser lida *primeiro* para voltar às raízes profundas como os princípios universais pautados por amor, compaixão, fraternidade, solidariedade, justiça e demais sentimentos profundos que são compartilhados por todos os povos para evitar que os galhos se rompam, se quebrem; *segundo*, é preciso conservar as mangueiras frondosas e com vitalidade, resguardando suas singularidades, porque nenhuma das centenárias árvores, aqui ou alhures, sobrevive com um único ramo; *terceiro*, devemos transformar as mangueiras em ramos dourados que abriguem a diversidade compreendida pelas raças, etnias, culturas e religiões, entre tantos outros sistemas considerados necessários à vida com qualidade. Quem sabe assim, de maneira harmoniosa, as mangueiras plantadas e preservadas crescerão em busca de alcançar a plenitude; e

² Diène foi diretor da Divisão de Diálogo Intercultural da UNESCO, responsável pelos programas sobre as estradas da seda, o tráfico de escravos e a escravidão, o diálogo inter-religioso e a interculturalidade do reino de Al-Andalus. Atual relator das Nações Unidas contra o racismo, a discriminação, a xenofobia e a intolerância.

quarto, as mangueiras podem ser vistas como o Pará, a Amazônia e o Mundo, e nós devemos ser ramos, flores e frutos de nosso próprio cultivo.

2 A BIOANTROPOLOGIA E O FASCÍNIO DAS ORIGENS

A história da origem dos seres humanos sempre gerou grande fascinação. Até hoje muitos interessados no tema têm problemas nas escolas religiosas em que estudam ou lecionam, por causa disso, e o catecismo se torna um problema para quem “pergunta demais” e “acredita pouco” nos tradicionais livros sagrados. Os bioantropólogos jamais aceitam respostas prontas e sempre têm enorme curiosidade sobre o mundo. Quer-se mesmo ir a todos os lugares, conhecer todas as gentes e saber como eram as coisas no passado e como serão no futuro. Inquietam-se sempre com a existência de pobres e ricos, pessoas com e sem acesso a saúde, adultos que não sabem ler, perdendo assim muitas possibilidades de conhecer e aprender sobre tudo que há e as aparentes diferenças entre as pessoas. Possivelmente por isso alguns profissionais entre nós acabam se envolvendo com ensino, com a área da saúde e com a história evolutiva humana.

A Antropologia é, por natureza, uma área de inquietação, na qual há muitíssimo mais perguntas do que respostas. É um campo dinâmico, que se constrói lentamente e muda com muita rapidez. A Bioantropologia, parte da Antropologia que se dedica a entender, do ponto de vista evolutivo, desde o passado mais remoto dos seres humanos e seus ancestrais até o impacto da sociedade contemporânea em nossa saúde e sobrevivência futura, é um daqueles campos fascinantes de estudo que pode levar qualquer um de nós a alguns dos cenários mais espetaculares do planeta, como a Garganta de Olduvai, na Tanzânia, as montanhas do Witswaterand e a praia entre dois oceanos, onde ficam Blombos, na África do Sul, as cavernas de Choukoutien, na China, o deserto de Atacama, no Chile, a região de Atapuerca na Espanha, ou Monte Alegre no Pará, Brasil. Pode ajudar a desvendar crimes por meio da Osteobiografia, desenvolver políticas públicas através da biologia humana, e entender porque somos todos tão diferentes e ao mesmo tempo tão iguais, por meio da Paleoantropologia e da Genética Antropológica.

Diversidade, aliás, é o pano de fundo de todos os estudos bioantropológicos. Busca-se sempre entender como a seleção natural e nossa cultura nos fazem singulares e como nossas sociedades lidam com essa variação. Somos todos diferentes, cada um é único; por isso, discutir e compreender a variabilidade humana são tão importantes. Nossas diferenças mais relevantes não estão *entre* os grupos, como pode fazer crer a ideia de “raças” humanas, mas *dentro* dos grupos, das famílias, das vilas.

A perspectiva de que é possível caracterizar populações inteiras como raças estanques é uma falácia que nasceu no século XVI como um dos resultados das grandes navegações e da formação dos impérios coloniais, adquiriu força nos dois séculos seguintes por causa das migrações forçadas entre os continentes (escavidão africana, principalmente) e atingiu maturidade ao longo do século XIX por conta dos movimentos eugenistas³, que se misturaram a ações terríveis na primeira metade do século XX (o holocausto judaico na Alemanha, que também levou à morte milhares de negros, ciganos, homossexuais e diversos outros grupos minoritários europeus), às políticas racistas nos EUA (Estados Unidos) e ao *apartheid* na África do Sul. Tal perspectiva foi cientificamente destruída pela biologia nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), graças à descoberta do DNA e aos avanços da genômica (PENA, 2008; MAGNOLI, 2009).

Podemos nos perguntar: mas não há negros e brancos? Estas não são as “raças” humanas consagradas até nos recenseamentos? A resposta à primeira pergunta pode até ser sim, mas a resposta à segunda certamente é NÃO!

As diferenças observadas na cor da pele, dos olhos e dos cabelos das pessoas são resultantes, principalmente, da quantidade de melanina que cada um tem. A melanina é uma substância natural que ajuda a proteger a pele dos raios do sol, que podem causar danos graves ao organismo, como queimaduras e câncer. As diferentes cores da pele são, em geral, ligadas aos continentes de onde as pessoas e seus ancestrais vieram. Assim, por exemplo, a maioria da população que pode ser considerada

³ **Eugenia** significa “bom nascimento”. O termo foi criado pelo britânico Francis Galton (1822-1911) para indicar o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>.

negra vive no continente africano, mais precisamente ao sul do deserto do Saara, onde a insolação é intensa. A maioria da população conhecida como branca tem ancestralidade no continente europeu, e a população considerada classicamente como tendo a cor da pele “amarelada” tem sua origem na Ásia, especificamente no leste asiático, e se espalhou também, antes da chegada dos europeus, por todo o continente americano.

Pode-se observar, porém, que muitas partes do mundo ficam fora das áreas geográficas citadas acima: o norte da África, o leste da Europa, o norte e o sul da Ásia, o Oriente Médio, as Ilhas do Pacífico, a Austrália. Essas e outras áreas são cheias de gente que não se encaixa bem em nenhuma das classificações e, mesmo dentro dos continentes, os grupos humanos são tão diversos entre si que qualquer tentativa de classificação é um exercício em futilidade.

A ideia de raças humanas é fútil porque não tem qualquer base, seja das Ciências Biológicas seja das Ciências Sociais, e a diversidade cultural humana alcança sua expressão máxima entre os pequenos grupos sociais, que formam diferentes populações e etnias, identificando-se de centenas de formas, e não entre os grandes grupos continentais (SILVA, 2009).

3 MAS... DE ONDE VIEMOS?!

Ao que se sabe atualmente, entre cerca de quatro milhões e dois milhões de anos atrás, vivia na África um grupo de criaturas que os paleoantropólogos chamam de australopitécinos: primatas bípedes, pequenos como os chimpanzés atuais, todos com o cérebro mais ou menos do mesmo tamanho, bem menor do que o do homem atual. Essas criaturas foram divididas em cerca de oito espécies pelos pesquisadores, e as investigações demonstram que uma delas é, possivelmente, um de nossos parentes distantes mais representativos: o *Australopithecus afarensis*, cujo exemplar mais conhecido é chamado de Lucy (LEWIN, 1999).

Ao contrário de outras espécies, como o *Paranthropus boisei* e o *Paranthropus robustus* – que eram mais robustos em termos físicos e comiam principalmente folhas e ramos de plantas, o *Australopithecus afarensis* tinha uma estrutura óssea mais delicada e a capacidade de comer folhas e frutos, além

da carne de outros animais, o que o diferenciava dos demais primatas. Porém, à época em que os australopitecíneos viveram, uma grande mudança ambiental estava em curso na África. Em função de mudanças climáticas em todo o planeta, o clima no continente foi ficando muito seco, diminuindo a quantidade de florestas, uma vez que as árvores precisam de muita água para sobreviver. Nesse ambiente mais árido, em que há poucas árvores e pouca água, a disputa pelos recursos naturais é muito grande. Muitas espécies morreram porque não encontraram comida. As espécies que conseguiram se adaptar com menos alimentos ou ampliando a sua dieta sobreviveram. As que não se adaptam com menos comida disponível têm de procurar alternativas ou irão desaparecer (isto se chama *seleção natural*, é um conceito proposto por Charles Darwin, em 1859, e um dos pilares da biologia contemporânea). Aquelas espécies que são mais flexíveis têm mais chance de sobrevivência.

Foi o que aconteceu com os australopitecíneos, embora a maioria deles tenha se extinguido, como é também o caso dos *Paranthropus*, por conta de sua alimentação muito restrita. Isso é algo que não ocorreu, porém, com Lucy e seus parentes. Com uma dieta mais variada, eles puderam sobreviver e deixar muitos descendentes.

Para a Bioantropologia, os ancestrais do homem atual são os australopitecíneos que descendem do *Australopithecus afarensis*. Esse fato fica mais claro quando se analisa outro parente distante do homem moderno, mas um pouco mais recente: o *Homo habilis*. Essa criatura, fisicamente, era mais semelhante aos *Australopithecus afarensis* do que aos *Paranthropus* e também tinha outra característica muito importante: essa espécie começou a fazer utensílios, daí seu nome, que significa, em uma tradução livre, “homem que faz instrumentos”. Em latim, *Homo habilis*. Um homem habilidoso (SILVA, 2006).

Durante o período em que viveu o *Homo habilis*, há cerca de dois milhões e meio de anos, o planeta começou a se resfriar novamente. Nesse período, apareceram animais maiores, o que possivelmente influenciou na extinção da maioria dos *habilis*, bem adaptados a um ambiente tropical, e o surgimento de uma nova espécie, ou duas, muito parecidas, segundo alguns autores, tais como Neves (2006), ensinam: o *Homo erectus/ergaster*. Provavelmente as mudanças ecológicas e uma maior disponibilidade de animais para caçar, associadas a

uma maior preferência por proteína animal, contribuíram para diferenciar os descendentes do *Homo habilis* sobreviventes, que se transformaram no *Homo erectus/ergaster* através da seleção natural.

Com um cérebro e um corpo bem maiores do que os *habilis*, o *Homo erectus/ergaster* apareceu na Terra há cerca de dois milhões de anos. Dependia mais de animais para sua sobrevivência e para caçá-los produziu ferramentas mais complexas do que o “homem habilidoso”. Mas o mais interessante é que ele foi o nosso primeiro parente a sair da África. Essa migração indica que o *Homo erectus/ergaster* estaria utilizando pelo menos alguma proteção física, como peles de animais (pois, como dito antes, a terra nessa época passava por um processo de resfriamento), e fazendo uso regular do fogo, além de utensílios de pedra diferentes (NEVES, 2006; SILVA, 2006).

Uma das hipóteses para explicar migração dos *erectus/ergaster* é que, provavelmente, eles eram caçadores ativos e, como tal, tinham de seguir os animais onde quer que eles fossem, diferentemente, do *Homo habilis*, que, ao que parece, obtinha sua proteína animal da carcaça de animais mortos por outros predadores. Assim, ao seguir os animais quando eles migravam, para garantir seu alimento, o *Homo erectus/ergaster* virou o primeiro andarilho do planeta (SILVA, 2006).

Segundo a maioria das pesquisas, alguns dos grupos de *erectus/ergaster* que deixaram a África devem ter penetrado na Europa e no Oriente Médio e, isolado por milhares de anos dos outros grupos que estavam se espalhando pelo mundo graças ao resfriamento do planeta que havia isolado a Europa e o leste do Oriente Médio com grandes blocos de gelo, este grupo diferenciou-se, dando origem a uma nova espécie, que os pesquisadores chamam de *Homo neanderthalensis*, os famosos neandertais.

Os neandertais, cujos primeiros fósseis foram descobertos no vale do rio Neander, na Alemanha, no início do século XIX – eram muito parecidos conosco, sendo apenas mais baixos do que alguns dos humanos modernos, em média, e bem mais fortes. No entanto, a imagem que as pessoas têm deles, em geral, é a do “homem das cavernas”: brutos, encurvados e toscos. Isso ocorre por causa de um erro que aconteceu quando o primeiro fóssil de *Homo neanderthalensis* foi descrito, pois este pertencia a um indivíduo idoso, que tinha artrite e artrose, sendo, portanto, um

esqueleto doente, com aparência arqueada e grotesca. Estudos contemporâneos mostram que, possivelmente, os neandertais eram muito parecidos com os humanos atuais (LEWIN, 1999).

As pesquisas genéticas mais recentes indicam que, enquanto os neandertais viviam na Europa e em partes do Oriente Médio, na África surgia a espécie humana atual, à qual nós pertencemos: *Homo sapiens*. Provavelmente, os *Homo sapiens* surgiram a partir do isolamento de algum dos grupos de *Homo erectus/ergaster*, que, nessa época, eram encontrados na África e na Ásia. Os fatores ambientais que contribuíram para dar origem à nova espécie, porém, ainda são tema de intensos debates. O fato é que, segundo o registro fóssil, por volta de 200 mil anos atrás os primeiros *sapiens* apareceram na África, e em um espaço de tempo de pouco mais de 150 mil anos dominaram todos os continentes, exceto a América, que só foi colonizada bem mais tarde (SILVA; RODRIGUES-CARVALHO, 2006). A partir de 30-35 mil anos atrás todos os vestígios de outros hominídeos deixam de existir, e passa a haver apenas um humano, o *Homo sapiens*, nós.

Os seres humanos, ao longo de sua evolução enquanto espécie, migraram pelos continentes, e neste processo houve contínuo fluxo gênico (casamentos) entre as populações que se espalhavam pelo mundo, o que, desde a pré-história, contribuiu para a homogeneidade biológica da Raça Humana, essa sim, bem diferente dos outros primatas (macacos) seus primos.

Como visto, a Humanidade tem uma origem única, na África subsaariana. Foi daquele continente que os primeiros *sapiens* evoluíram por seleção natural e em seguida migraram para ocupar todas as outras terras do planeta, ao longo de centenas de milhares de anos, o que demonstra indiscutivelmente que, do ponto de vista biológico, somos um só grupo.

4 A DIVERSIDADE ATUAL

As populações que se espalhavam pela terra foram gradualmente se adaptando aos diferentes ambientes em que viviam e que eram, simultaneamente, mais quentes na região do equador e mais frios próximos aos polos do que o clima de hoje. Assim, na África setentrional, onde é ensolarado, quente e há grandes extensões de áreas áridas e semi-áridas,

ao longo de centenas de gerações a cor predominante das pessoas adquiriu um tom mais escuro, graças a um aumento da produção de melanina para protegê-las do sol intenso. Essa era, provavelmente, a cor original de todos os seres humanos.

Na Europa e no noroeste da Ásia, onde o clima é frio e há pouca insolação na maior parte do ano, o tom da pele ficou gradualmente mais claro para impedir que nossos ancestrais desenvolvessem doenças causadas pela falta de radiação solar, como o raquitismo, causado pela deficiência de Vitamina D, que é formada na pele por ação dos raios ultravioleta (JABLONSKI; CHAPLIN, 2000).

Na Ásia, onde há grande variedade climática e ambiental, e um predomínio de ventos e chuvas intensos (as monções), os grupos humanos evoluíram uma grande variação na cor da pele, desde os mais escuros indianos até os mais claros chineses e japoneses do extremo oriente, que são os mais conhecidos representantes da cor da pele chamada “amarela”, que é também como a população ameríndia é historicamente classificada. Entre essas áreas geográficas, todas as pessoas têm cores de pele, cabelos, formato e cor dos olhos e estrutura física intermediárias, que variam gradualmente de acordo com as regiões geográficas (a chamada variação Clinal) e se combinam em formas muito diversas, expressando a grande variabilidade populacional humana (JABLONSKI, 2006). Somos uma espécie altamente diversa, isto é, temos muitos tipos físicos diferentes nos continentes, embora geneticamente sejamos todos 99,9% parecidos uns com os outros.

As pesquisas sérias desenvolvidas até hoje não conseguem identificar qualquer evidência científica que indique diferenças intelectuais ou de capacidades físicas concretas entre as populações dos diferentes continentes. Embora se possa dizer, em alguns casos, com alguma precisão, a origem geográfica continental de uma pessoa ou de seus ancestrais olhando a cor da sua pele, isso na verdade nos fala mais sobre as condições climáticas nas quais os ancestrais dessa pessoa viviam do que sobre qualquer outra diferença física, fisiológica, genética, neurológica ou intelectual que possa ser encontrada nela. As diferenças entre os humanos estão apenas na epiderme, a camada mais externa da pele, onde ficam os melanócitos.

Embora existam técnicas de Antropologia Forense⁴ que permitem uma aproximação razoável da ancestralidade continental a partir de análises do crânio e técnicas de genética antropológica que permitem identificar alguns genes que têm uma maior probabilidade de terem vindo de um continente ou outro, a maior parte da diversidade morfofisiológica dos humanos está *dentro* dos continentes e não *entre* eles.

5 ONDE SURTIU A DIVERSIDADE HUMANA? HÁ QUANTO TEMPO SOMOS DIFERENTES UNS DOS OUTROS?

Sempre fomos diferentes uns dos outros, porém todos Humanos. Segundo a teoria evolutiva⁵ de Charles Darwin (1809-1882), fundamento para a compreensão de toda a variabilidade de seres vivos na terra, quanto mais uma espécie sobrevive e quanto mais adversos são os seus habitats, mais biologicamente diversa ela se torna. Essa é a chave de nosso sucesso adaptativo. A evolução biocultural humana permite nos adaptarmos aos mais variados ambientes, e o resultado desse processo é o que conhecemos hoje – uma enorme diversidade humana.

Tanto a diversidade biológica quanto a diversidade cultural nada mais são do que frutos de nossos processos evolutivos e adaptativos. Para conseguirmos sobreviver nos diferentes ambientes em que habitamos, é preciso termos condições físicas e características socioculturais particulares, que permitam nossa reprodução biológica enquanto grupo. Aparentemente, somos muito “espertos” do ponto de vista adaptativo: conseguimos nos adequar rapidamente a qualquer ambiente e, por isso, somos um dos mais numerosos grupos de vertebrados do planeta.

⁴ **Antropologia forense** é a área das ciências forenses que aplica técnicas e métodos antropológicos para a resolução de casos judiciais.

⁵ Segundo a Teoria Evolutiva Darwiniana, **evolução** significa “descendência com modificação”, ou seja, *mudança* de uma geração para outra. Isso não implica de forma alguma em melhoria, superioridade ou aumento da complexidade, apenas que ancestrais e seus descendentes são biologicamente diferentes entre si. É essa variação que permite a adaptação dos organismos aos diferentes ambientes naturais, que estão em constante modificação.

Criar novas variedades biocomportamentais, principalmente a partir de nossa evolução cultural ao longo do tempo, tem sido essencial para nossa sobrevivência. Hoje, *a cultura é a nossa principal forma de adaptação*. Os mecanismos de mudança cultural são muito mais rápidos que a evolução biológica, e são mais fáceis de passar de uma geração para outra, espalhando-se muito mais rapidamente em uma população, uma vez que os indivíduos não precisam ser parentes biológicos para compartilhar os mesmos hábitos e regras sociais. Richard Dawkins chama as unidades de evolução cultural de Memes⁶ (SILVA, 2009).

Está claro que, desde que emergimos na África enquanto *Homo sapiens*, jamais existiram “raças” puras. A população humana sempre foi muito pequena e homogênea, embora bastante dispersa até a revolução agrícola, iniciada cerca de 10 mil anos atrás (e objeto de estudo de outro ramo da Antropologia, a Arqueologia). Nossa diversidade genética é muito menor que a dos outros primatas nossos parentes mais próximos, como os gorilas e chimpanzés, embora sejamos muito mais numerosos atualmente do que qualquer outro grupo de primatas. São seis bilhões de pessoas no planeta, mas há apenas cerca de 125 mil gorilas e aproximadamente 150 mil chimpanzés no mundo. Porém, geneticamente, eles são mais diversos do que nós (PENA, 2008).

Como dito linhas atrás, é possível identificar, através de alguns genes, que uma pessoa tenha maior percentual de ancestralidade africana ou asiática, ou que venha de determinada região da Europa. No entanto, isso não quer dizer que a diferença genética se traduza em diferenças do ponto de vista de nosso desempenho, de qualquer forma que ele seja medido: teste de QI (Quociente de Inteligência), teste de força, acuidade visual, velocidade, fertilidade, tamanho do cérebro, entre tantos outros). Ou seja, isso não quer dizer que esses genes sejam importantes em nossa sobrevivência atualmente; eles são apenas resultados de variações genéticas aleatórias e resquícios dos lugares de onde nossos ancestrais vieram.

Todos os grupos do mundo se consideram diferentes dos seus vizinhos; é assim que as identidades culturais são

⁶ **Meme**, termo cunhado por Richard Dawkins, é considerada uma unidade de evolução *cultural*, da mesma forma que um *gene* é uma unidade de evolução *biológica*.

instituídas. E a criação do processo identitário é o que vem a caracterizar o que chamamos, em Antropologia, de *etnia*. Cientificamente, a etnia se estrutura de forma muito mais ampla do que a noção de raça, pois inclui e transcende o parentesco biológico, ampliando significativamente a noção de identidade do grupo. De outro lado, quando se tenta definir raça esbarra-se no fato de que esta invariavelmente é interpretada de forma diferente de um lugar para outro. Alguém classificado como negro nos EUA pode ser enquadrado como branco, no Brasil, e “de cor”, uma categoria diferente de “negro” e de “branco”, na África do Sul. Cerca de um terço dos estadunidenses que se consideram “brancos” têm menos de 90% de ancestralidade europeia. No Brasil, muitas pessoas que se declaram negras têm cerca de metade dos seus genes de origem europeia, e em nenhum outro lugar do mundo alguém é classificado como “pardo”. Daí, novamente, a constatação da impropriedade de se tentar subdividir as populações humanas em raças estanques. Dentro de cada um dos grupos continentais existem centenas ou milhares de subgrupos, com suas características próprias, como cultura, hábitos, estilo e história de vida, língua⁷, padrões econômicos e socioecológicos diferentes, e, portanto, a ideia de homogeneizá-los, considerando-os uma coisa só, nada mais é do que uma proposição incoerente para lidar com a diversidade humana (SILVA, 2009).

A experiência tem demonstrado que a ideia de raça não contribui para a compreensão da variabilidade sociocultural e biológica humana e dificulta a aceitação da diversidade como algo positivo, necessário à sobrevivência. A ideia, pelas implicações históricas, reforça o racismo, a xenofobia e a intolerância, nada acrescenta ao debate contemporâneo sobre diversidade e direitos humanos, não soma para a discussão sobre a necessidade de respeito à diversidade cultural e não ajuda a entender e lidar melhor com a complexidade e a heterogeneidade que se encontram dentro de todas as sociedades

⁷ A **Linguística Antropológica** é a área da antropologia que investiga a história evolutiva, biológica e cultural das línguas. Por exemplo, há no Brasil risco de extinção de várias línguas faladas por grupos indígenas. Alguns levantamentos mostram que 154 línguas são faladas no Brasil por diferentes etnias indígenas e que 21% desses idiomas estão ameaçados de extinção. Uma língua é considerada ameaçada de extinção se é falada por poucas pessoas e não é mais ensinada às próximas gerações. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/152761>.

atuais. Os conceitos ligados a raças são culturalmente criados e aplicados (e temporalmente subscritos), organizados a partir de uma determinada perspectiva e cultura, e com objetivos bem definidos. Eles não são entidades naturais, não são essenciais da biologia, não existem de maneira independente. A natureza nada tem a ver com o conceito de raças ou com as políticas de relações inter-raciais. Estas são criações culturais. A Antropologia contemporânea em sua amplitude pode contribuir para, como diz a musica *Imagine*, de John Lennon (1940-1980), fazer cair as barreiras entre as pessoas e os países, levando a que nos reconheçamos todos enquanto cidadãos do mundo, como seres humanos, valorizados a partir de sua especificidade, de sua individualidade, com direitos e responsabilidades, com possibilidades concretas de sobreviver dignamente, com qualidade de vida e, fundamentalmente, em condições de interagir de maneira harmoniosa com a totalidade da humanidade, independente de gênero, ancestralidade, origem geográfica, opção religiosa, ou outros fatores que atualmente são tão valorizados e que tanta violência têm gerado (SILVA, 2009).

6 O QUE É ARQUEOLOGIA?

Enquanto parte do grande campo disciplinar abrangido pela Antropologia, a Arqueologia pode ser vista como uma “Antropologia do passado”. Diferentemente da Antropologia, que se faz no presente, que observa, analisa e interage com comunidades vivas, a Arqueologia estuda o comportamento dos seres humanos em sociedade a partir dos vestígios materiais que resultaram de suas atividades. Os vestígios são materiais descartados, perdidos, esquecidos, assim como as transformações que as sociedades imprimiram nas paisagens, ou seja, nos lugares onde viveram. A Arqueologia torna-se imprescindível para conhecer como viveram as pessoas durante vastos lapsos de tempo para os quais não se possuem documentos escritos.

Pensada assim, fica evidente, portanto, a importância da Arqueologia na Amazônia, habitada há mais de onze mil anos, mas “incluída” no mundo letrado há somente pouco mais de 400 anos. Portanto, a maior parte da história dos povos indígenas da região, que implica entender o processo migratório de grupos

asiáticos ao continente americano, a dispersão dos mesmos de norte a sul, a penetração dos migrantes na Amazônia, o desenvolvimento das diferentes sociedades, os processos de ocupação do território, as mudanças culturais, as ações sobre as paisagens, depende fundamentalmente da Arqueologia.

Pode-se dizer que a Arqueologia é uma disciplina ainda pouco conhecida no país, não raro percebida como esoterismo, diletantismo, aventura ou mistério. Muitas pessoas pensam que arqueólogos escavam dinossauros – sem se dar conta de que os dinossauros foram extintos muitos milhões de anos antes que os seres humanos aparecessem na face da terra! Enfim, a imagem do arqueólogo como Indiana Jones, ou Lara Croft, personagens hollywoodianos que saem à caça de tesouros e enfrentam grandes perigos, está muito longe da realidade.

A Arqueologia é uma ciência social, e como qualquer ciência possui objeto de estudo, teorias e métodos próprios. “A Arqueologia procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural” (TRIGGER, 2004, p. 18). Com relação aos métodos de trabalho, pode-se comparar o arqueólogo a um detetive que se depara com a cena de um crime: há uma série de pistas presentes, que devem ser cuidadosamente observadas e registradas, amostras devem ser recolhidas para análises posteriores, fotos são tiradas, croquis são desenhados. O que a Arqueologia produz, assim como o investigador policial, é uma interpretação dessas cenas do passado, a partir das quais se reconstitui a história dos fatos ocorridos e se propõem razões que indiquem seu encadeamento.

Outra imagem que nos ajuda a pensar sobre o trabalho da Arqueologia é a de um grande quebra-cabeça, do qual a maioria das peças encontram-se irremediavelmente perdidas, sendo por isso necessário preencher os vazios com deduções a partir do conjunto que restou. Quanto mais coerente e verossímil for a reconstituição, tanto melhor é a Arqueologia que fazemos. Obviamente, posteriormente, outros pesquisadores podem agregar novos dados e interpretações, questionando as proposições e teorias, anteriormente formuladas. E assim se produz ciência!

Os limites da Arqueologia, no entanto, não devem obscurecer as enormes possibilidades de investigação que a disciplina oferece para períodos de tempo para os quais outras

fontes de informações (relatos orais ou escritos) simplesmente não existem. Desde a década de 1950 é possível datar resíduos orgânicos pelo método do radiocarbono, com precisão que pode chegar a 20 ou 40 anos. Esse pode parecer um intervalo de tempo grande, mas se pensarmos em acontecimentos que tiveram lugar há centenas ou milhares de anos, essa imprecisão não é significativa. Há métodos para análise de pólen e fitólitos, que são fósseis botânicos que podem nos informar sobre antigos hábitos alimentares e as mudanças climáticas e paleoambientais no passado. Além disso, a análise de aspectos tecnológicos e simbólicos dos artefatos produzidos, utilizados e descartados nos informa sobre práticas, comportamentos e organização social, trocas, divisão do trabalho, acesso diferenciado a bens, rituais, cerimônias, entre muitos outros caminhos sociais.

Percebe-se, então, que a Arqueologia, utilizando-se de diversos métodos, alguns deles emprestados das Ciências Naturais, produz narrativas sobre o passado. As narrativas são produzidas a partir do presente. Diferentemente da Antropologia, cujos objetos de estudo estão andando por aí, dispostos a confrontar os antropólogos com suas construções teóricas sobre “o outro”, os arqueólogos, via de regra, nos informam sobre povos desaparecidos. Mas o fato não isenta os arqueólogos de responsabilidade ética, pelo contrário. Há inúmeros exemplos na história ocidental sobre o controle político da interpretação arqueológica, através da manipulação do passado. Por exemplo, a suástica, utilizada como símbolo do “povo ariano” pelo nazismo, foi uma representação encontrada em um antigo vaso pelo arqueólogo Heinrich Schliemann (1822-1890), tendo sido utilizada como prova da ligação dos antigos gregos e vedas com os germanos. A Arqueologia, portanto, está imersa na realidade sociopolítica de seu tempo, e suas descobertas podem vir a ser utilizadas nas negociações de poder entre os diversos grupos sociais.

A Arqueologia feita nas Américas difere da Arqueologia feita na Europa. Lá ela estuda a longa história dos povos europeus, dividindo-se em dois ramos disciplinares, que investigam dois grandes períodos: Arqueologia Pré-histórica – antes da invenção e adoção da escrita nas diversas regiões – e Arqueologia Histórica. Nas Américas, a Arqueologia divide-se em Pré-colonial – antes da chegada dos invasores europeus no século XVI – e Arqueologia Colonial – após 1492, quando

se inicia o contato -, podendo haver ainda outras divisões e especializações internas. A Arqueologia pré-colonial feita nas Américas é História Indígena, pois estuda a história dos diversos povos que para cá migraram antes da chegada dos europeus, buscando compreender suas interações e relações com as paisagens locais. A grande diversidade cultural dos povos indígenas é percebida pela Arqueologia a partir do estudo das muitas formas de organização social, modos de subsistência e padrões de ocupação do espaço desenvolvidos. Na Amazônia, especialmente, desenvolveram-se múltiplas formas de relação dos grupos humanos com as florestas e as savanas tropicais, tendo esses povos deixado marcas indeléveis nas paisagens.

7 PAISAGENS E POVOS NA AMAZÔNIA

O conceito de paisagem, utilizado pela Geografia Histórica, Ecologia Histórica e Arqueologia, nos ajuda a entender os processos de desenvolvimento social e cultural dos povos amazônicos. Acostumamo-nos a entender *paisagem* como uma visão da natureza separada dos seres humanos. Os cientistas das disciplinas acima mencionadas, entretanto, entendem as paisagens como constituídas por elementos naturais e culturais. Paisagens naturais só existiriam antes da presença humana. A partir do momento em que os seres humanos ocupam determinado ambiente, transformam-no de tal maneira que não mais podem ser considerados puramente naturais. Nesse sentido, quase todos os ambientes do planeta foram modificados pelas sociedades humanas.

Em muitos locais, essas transformações geraram verdadeiras catástrofes ecológicas, com a poluição de rios e destruição de flora e fauna, com consequências nefastas para o clima do planeta. Em outros locais, a ação humana deu-se de maneira positiva: em grandes extensões da Amazônia, em locais antes habitados por povos indígenas, diversas espécies de árvores frutíferas e palmeiras úteis às populações humanas cresceram, gerando um aumento da biodiversidade local. O etnobiólogo William Balée, professor da Universidade de Tulane, considera que possivelmente 11% da floresta tropical foi alterada pelos povos indígenas.

Quando se verificam as áreas de desmatamento em imagens de satélite, por exemplo, salta aos olhos o fato de que, sobre o “arco do desmatamento”, que se desenha na periferia amazônica a partir do sul do Acre e Amazonas, passando pelo norte do Mato Grosso, sul do Pará e quase todo o Maranhão, existem poucas áreas ainda verdes, que são exatamente as reservas indígenas – como é o caso da reserva Turiaçu, no oeste do Maranhão, e o Parque Nacional do Xingu, no norte do Mato Grosso. Balée (1993) chama as áreas impactadas positivamente pelos povos indígenas de “matas culturais”, onde a alteração das espécies teve consequências positivas. A estreita relação entre povos indígenas e floresta tropical iniciou-se na Amazônia quando os primeiros grupos de caçadores-coletores adentraram o território, cerca de 10 mil anos. Em seus trajetos de caça e coleta, manipularam espécies de plantas, levando-as em suas jornadas, transplantando-as propositalmente ou não, e criando ambientes distintos. A biodiversidade amazônica, portanto, que nos acostumamos a ver como algo “natural”, teve e tem forte participação humana.

Os seres humanos não modificam seu entorno sempre de maneira igual, e suas ações sobre o ambiente não são intrinsecamente negativas ou positivas. A maneira como se relacionam com o ambiente, entretanto, depende de seu entendimento sobre a natureza das relações dos seres humanos com as paisagens; enquanto algumas sociedades procuram retirar o máximo da natureza para satisfazer suas necessidades imediatas, outras entendem que é necessário manter um cuidadoso equilíbrio entre os diversos seres que compõem as paisagens, pois desse equilíbrio depende, em última instância, o bem-estar de todos.

A investigação de práticas e comportamentos culturais de sociedades indígenas contemporâneas na Amazônia – feita pelos antropólogos sociais, bioantropólogos e outros especialistas, tem ajudado os arqueólogos a compreender como viviam as populações pretéritas na região. Isso não quer dizer que as sociedades indígenas vivam hoje de maneira “primitiva” ou que tenham mantido suas culturas imutáveis durante milhares de anos. Entretanto, a observação de determinados comportamentos, por meio da Etnoarqueologia, pode proporcionar importantes pistas para a investigação arqueológica. Por exemplo, a produção de panelas e objetos de cerâmica, entre alguns grupos indígenas

e entre as populações caboclas, parece conservar práticas milenares quanto à preparação da massa de argila, formação das peças e mesmo a queima, feita a céu aberto. A Etnoarqueologia é a disciplina que se preocupa em observar os comportamentos de sociedades vivas registrando os processos de formação do registro arqueológico. Nesse sentido, o etnoarqueólogo é um etnógrafo que, acompanhando populações atuais, presta atenção nas consequências desses comportamentos – principalmente as práticas de descarte, pois é daquilo que permaneceu que a Arqueologia tira suas conclusões. Pesquisas etnoarqueológicas realizadas entre povos Maku na Amazônia colombiana e brasileira, por exemplo, têm produzido importantes dados sobre as práticas desses grupos caçadores-coletores. A variabilidade no tamanho dos grupos, formas de organização social, redes de relações intergrupos, preceitos com relação à caça, manipulação de plantas nos caminhos de caça e cosmologias tem chamado a atenção para a complexidade existente nos sítios de caçadores-coletores, exigindo dos arqueólogos interpretações mais complexas de seus achados.

8 O QUE “DIZEM” OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS?

A Amazônia está repleta de sítios arqueológicos, que guardam testemunhos das antigas populações da região. Na Amazônia brasileira foram encontrados vestígios arqueológicos de populações paleoíndias na Serra dos Carajás (sul do Pará) e em Monte Alegre (Baixo Amazonas), aonde os primeiros grupos chegaram há onze mil anos. Segundo a arqueóloga Anna Roosevelt, que realiza pesquisas na região, as pinturas encontradas sobre paredes de rochas e grutas e abrigos tinham como motivação a necessidade de definir e defender territórios. Além disso, pesquisas recentes têm sugerido, também, preocupações astronômicas, registradas na forma de pinturas.

As primeiras populações sedentárias da Amazônia são estudadas a partir dos sambaquis, sítios formados principalmente pelo acúmulo de conchas de moluscos consumidos por populações que baseavam sua subsistência em uma grande variedade de recursos aquáticos, vivendo próximas a enseadas, lagos, igarapés e furos, tanto no litoral quanto no estuário amazônico e suas ilhas. Esses sítios são

testemunhos das primeiras populações que conseguiram crescer demográfica e culturalmente graças à oferta abundante de alimentos nestes ambientes lacustres, marítimos e ribeirinhos. Além disso, por causa do alto teor de cálcio existente nas conchas, remanescentes humanos e resíduos da fauna consumida são encontrados bem preservados nesses locais, o que não ocorre com frequência em outros sítios amazônicos. Como se trata de ocupações antigas (entre 2 e 8 mil anos antes do presente), seu estudo é extremamente importante - entre outras coisas, para que se conheça a variabilidade genética da população que deu origem aos povos atuais da região e se entenda melhor a história das mudanças geológicas, geográficas e climáticas na costa Amazônica. Diferentemente dos sambaquis no sudeste e sul do Brasil, nos sambaquis amazônicos são encontrados remanescentes de vasilhas cerâmicas que estão dentre as mais antigas da região. No sambaqui da Taperinha, no baixo Amazonas, foi encontrada a cerâmica mais antiga das Américas, com 7 mil anos, colocando a Amazônia como possível centro inicial de invenção dessa tecnologia no continente.

Por ser muito resistente, a cerâmica é um dos vestígios mais presentes em sítios arqueológicos. Há sítios onde existem vasos de cerâmica que foram utilizados pelas populações nativas para colocar os restos mortais de indivíduos de prestígio na sociedade que datam de até 2 mil anos. Em sua maioria, são sítios que contêm também vestígios habitacionais, uma vez que as práticas funerárias consistiam geralmente em conservar a urna funerária no interior da casa. Pela importância desses mortos ilustres, os vasos utilizados eram decorados de maneira especial, com riqueza de recursos plásticos e pictóricos, e acompanhados por outros objetos, feitos de cerâmica e rocha. Tendo em vista o seu tamanho (os maiores podem chegar a um metro de altura), muitos moradores ribeirinhos hoje em dia buscam esses grandes vasos para armazenar água ou farinha de mandioca em suas casas.

Muitos sítios arqueológicos são reconhecidos por apresentarem solo de coloração escura, muito fértil, onde se encontram fragmentos de antigos utensílios de cerâmica e rocha, resultantes de ocupação densa e prolongada. Esses sítios variam muito em extensão e profundidade, mas podem

alcançar até 90 hectares, com profundidades que atingem, em alguns pontos, de 1 a 2 metros. Sítios investigados recentemente na área de Manaus mostram datas que vão de 500 a 2.500 anos antes do presente, mas alguns destes sítios podem datar em até 4.800 anos, de acordo com pesquisas no sudeste da Amazônia. Uma vez que são locais elevados e geralmente protegidos de inundações, são procurados pelas populações ribeirinhas para moradia e cultivo. Em alguns desses sítios aparecem também bordas de vasilhas enterradas, que vão sendo descobertas e retiradas pelos moradores.

Há também na Amazônia sítios que se caracterizam por obras de terra de tamanho monumental, que podem vir a ser confundidos como naturais e não serem reconhecidos enquanto obras de sociedades nativas, pois acabam integrando-se à paisagem ou sendo encobertos por vegetação. É o caso dos geoglifos do Acre, estruturas de terra de formato geométrico formadas por um conjunto de trincheiras e muros, com até 300 metros de diâmetro, que circundavam antigas aldeias. A maior parte destes sítios foi descoberta a partir de sobrevôos e devido à supressão da vegetação original para a criação de gado. São também sítios monumentais, entre outros: as estradas, estruturas defensivas e barragens encontradas no alto Xingu; os tesos (barragens e escavações de lagos na ilha de Marajó); e os alinhamentos de pedras na região de Calçoene, no Amapá.

Por último, há os sítios coloniais e de contato, existentes em todos os municípios mais antigos. Caracterizam-se por apresentarem estruturas remanescentes de construções do período colonial, algumas delas erigidas sobre aldeias indígenas. São as igrejas, as missões, os fortes, os engenhos de açúcar, as olarias, as fazendas e as casas que, construídas principalmente entre os séculos XVI e XVIII, guardam informações deste período importante do contato nada pacífico dos europeus com as sociedades nativas. Além das edificações de pedra, revelam à superfície louças e metais, além de cerâmica indígena de diferentes épocas. Alguns podem ser achados em áreas desabitadas e às vezes cobertas por mato, como é o caso das ruínas da cidade de Nova Mazagão, cidade portuguesa do Marrocos “transplantada” para o Amapá há 334 anos.

9 DIVERSIDADE E PATRIMÔNIO

Toda essa diversidade de modos de vida que se desenvolveram na Amazônia durante mais de dez mil anos, com a produção de tecnologias locais e visíveis transformações das paisagens, não pode ser perdida para projetos desenvolvimentistas que ignoram os saberes locais sobre a preservação e incremento da biodiversidade da região. O patrimônio arqueológico precisa ser preservado e estudado, pois registra a longa história que resulta na diversidade cultural presente hoje entre os povos amazônicos.

Diversas populações hoje moram sobre sítios arqueológicos. As populações amazônicas atuais, assim como as do passado, buscam os melhores locais para moradia. São locais em geral considerados propícios, por sua elevação, a salvo dos alagamentos periódicos durante o inverno amazônico, por possuir visão privilegiada do entorno, ou por estarem próximos às zonas de recursos naturais e, portanto, possibilitarem a captação de alimentos com maior facilidade e segurança. Na Amazônia, há ainda outras razões para que as populações contemporâneas ocupem locais de antigas aldeias indígenas: o solo destas é extremamente fértil (a chamada terra preta de índio) e há muitas árvores frutíferas e palmeiras que se desenvolvem nos locais de antigas roças, tornando esses locais extremamente convidativos.

O reaproveitamento de antigas paisagens traz consigo a consequente ressignificação desses lugares, através da construção de memórias que englobam também os bens arqueológicos. São diversas as interpretações sobre os materiais encontrados. As lâminas de machados feitas de basalto e granito, por exemplo, que eram trocadas entre as populações indígenas do passado, são consideradas por algumas comunidades como “pedras de raio”, que teriam surgido depois de tempestades – uma explicação considerada plausível, uma vez que esses objetos são frequentemente encontrados em locais onde não há rochas. Alguns grupos indígenas incorporam os artefatos e as pinturas ou gravuras rupestres em suas histórias sobre o passado, considerando-os como obras de seus antepassados. As muitas estórias que surgem sobre o passado mostram a força que os objetos arqueológicos possuem sobre as construções das memórias locais.

Os sítios arqueológicos e os objetos que eles contêm fazem parte do patrimônio arqueológico, cultural e histórico das populações amazônicas e devem ser preservados e estudados para que se possa dar continuidade ao diálogo com o passado que existe em todas as sociedades humanas. O genocídio das populações indígenas que se seguiu à chegada dos europeus às Américas causou uma irremediável ruptura na história das populações nativas; com o decréscimo demográfico e desaparecimento de grupos inteiros, muito do conhecimento produzido por centenas ou milhares de anos se perdeu. Durante o período colonial, populações africanas trazidas forçadamente para a Amazônia também ocuparam e transformaram paisagens, e a falta de documentos sobre seus modos de vida também exige da Arqueologia um protagonismo no estudo de suas trajetórias. Portanto, mesmo estudando o passado remoto, a Arqueologia possui contornos políticos expressivos. Os arqueólogos não são as únicas vozes a produzir narrativas sobre o passado. Também as populações do presente engendram suas próprias narrativas históricas, que precisam ser respeitadas e valorizadas. O respeito ao outro e à diversidade cultural, do ponto de vista da Arqueologia, implica reconhecer os aspectos subjetivos, sociais e políticos da prática da disciplina e assim permitir que ela seja exercida de maneira democrática e inclusiva.

10 QUEM ESTUDA A DIVERSIDADE SOCIAL, HOJE!

O antropólogo social estuda a diversidade hoje, sincronicamente (no seu tempo, na contemporaneidade), sem desprezar os aspectos diacrônicos (relacionados ao tempo). Na verdade, os antropólogos são protagonistas das mudanças que se processam no momento em que realizam suas pesquisas. Estudam a organização social e política de sociedades diferenciadas entre si; descobrem as formas de relações de parentesco entre nós, na Amazônia, ou alhures, mais longe, na tentativa de apresentar as infinitas formas de os grupos humanos se organizarem. Os temas podem ser estudados no mundo urbano, em cidades, onde as “tribos” são diferenciadas e ocupam espaços sociais diversos. Os cortes para estudo obedecem, também, diferentes critérios; é possível estudar os grupos humanos por faixas etárias: crianças, jovens, adultos e velhos. O antropólogo pode escolher trabalhar

com povos indígenas e populações tradicionais de modo geral: ribeirinhos, remanescentes de quilombos, “caboclos”, entre tantos outros segmentos sociais.

Os trabalhos de Antropologia Social podem ser originados de preocupações acadêmicas, identificadas pelos profissionais como prioridades, mas podem também ser oriundas de demandas sociais. Na Amazônia, os antropólogos podem registrar diálogos e conflitos interétnicos. Os profissionais de antropologia podem, ainda, produzir vistorias, laudos e perícias antropológicas por solicitação de autoridades judiciárias, para dirimir as dúvidas e favorecer a solução de litígios entre partes que querelam.

A Antropologia Social realizada na Amazônia não pode, nos dias atuais, desprezar a relação direta entre os grupos – tornados vulneráveis – e os direitos sociais, oferecendo especial atenção aos Direitos Humanos, pois infelizmente em alguns territórios a lei e a justiça parecem adormecidas. Portanto, parece impossível fechar os olhos à realidade social. Na Amazônia, a Antropologia é necessariamente implicada, comprometida, com os destinos dos povos que estuda.

Os antropólogos podem trabalhar em estreita colaboração com lideranças indígenas e quilombolas, tornando o trabalho uma das etapas de luta pela autodeterminação e avançando na tentativa de inclusão social. Hoje, inúmeros profissionais coordenam propostas de políticas afirmativas. Parece que não é permitido cruzar os braços na Amazônia, pois muito há por fazer.

11 ANTROPOLOGIA(S) E AMAZÔNIA(S)

Para atender às demandas políticas de estar e trabalhar na Amazônia, antropólogos sociais, arqueólogos e bioantropólogos devem permanecer de braços bem abertos para acolher, discutir e trabalhar pela sociedade que queremos, sob pena de ser “testemunha muda” da possibilidade de ins/constituir a sociedade plural e inclusiva. A Antropologia na Amazônia é importante se praticada nos campos da tradição da disciplina (Antropologia Social, Arqueologia, Bioantropologia e Linguística Antropológica), pois permite compreender as formas multifacetadas dos seres humanos para os quais

voltamos nossos estudos. A interdependência dos campos da tradição se apresenta como ferramentas essenciais, e para além deles as relações com os demais campos científicos não devem ser negligenciadas.

A utopia de coexistência harmônica entre grupos étnica e culturalmente diferenciados e a existência de uma sociedade plural de direito e de fato implica em ultrapassar a extensão dos sentidos e transformar o discurso sobre a sociedade utópica (no sentido de sonhada e produzida) em políticas, em ações práticas. Diz respeito à experimentação do novo, ao colocar-se no lugar do outro.

Para compreender o protagonismo da Antropologia Social em associação com a Arqueologia e a Bioantropologia, imagine encontrar-se às escuras, como no Museu do Diálogo, em Campinas (SP), local onde se aprende a ver o mundo sem usar os olhos. Imagine, experimente, feche os olhos e tente percorrer um caminho sem abrir os olhos. Pise devagar, um pouco atordoado, por vezes constrangido, mas pense que assim estaremos obrigados a ver que as coisas existem de outra maneira, a ver com os demais sentidos, para além das palavras, para além da Antropologia. Ao voltar à luz, abra os olhos devagar, sinta o incômodo da luz solar ou artificial, e aos poucos talvez você compreenda, com muito esforço, o que é ter algum tipo de deficiência visual. Pois é, olhar a diversidade biocultural dos humanos exige treinar “sensibilidades outras” e aprender que os cortes de compreensão que geram conhecimento requerem ser e ter diamante fino que ilumine os caminhos para eliminar as formas de racismo, de intolerância. A Antropologia pode funcionar como a ponta do diamante que, cuidadosamente, permite incorporar e aceitar os diferentes grupos étnicos, religiosos, práticas culturais e diversidades linguísticas, além de tentar articular valores como igualdade e diferença.

Articular igualdade e diferença é a exigência política do momento social vivido – e chega revestida de relevância social, pois para alguns a construção da democracia deve colocar a ênfase nas questões relativas à igualdade e, portanto, eliminar ou relativizar as diferenças. É preciso tomar as bengalas brancas que se nos oferecem e puxar a coleira dos cães guias, aceitar de bom grado as orientações que se apresentam, deixando-nos conduzir pelo mundo de cheiros que não são

patchouli ou priprioica, sabores que fogem aos do piracuí, do pato no tucupi e da maniçoba, tão conhecidos de todos nós, sons que não lembram o Carimbó do mestre Lucindo, toques que não recordam a toada do Boi de Máscara de São Caetano, deixando-nos surpreender pelo novo, sem considerá-lo bizarro, procurando nos acostumarmos aos poucos e, devagar, nos colocarmos no lugar do outro, para podermos cantar, em noite de lua cheia, sem culpas, às margens dos pranteados Tapajós, Xingu, Tocantins, Guamá e outros rios associados às nossas aldeias, as cantigas que nos foram ensinadas.

A missão dos antropólogos, sejam eles arqueólogos, bioantropólogos ou antropólogos sociais, é estudar as diferenças impostas pela diversidade. Portanto, para melhor compreender as formas de estar no mundo, é preciso pensar em igualdade incorporando as diferenças, sobretudo as locais, o que supõe lutar contra o preconceito, evitando a discriminação que corrói, tornando-nos, metaforicamente, cegos, surdos e mudos. A Antropologia abre as portas para escolher caminhos que fujam do racismo e do preconceito, oferecendo chances de tornar-se humano, com **H** maiúsculo, além de possibilitar amenizar a tensão que nos sufoca, pensando e *fazendo valer a igualdade entre os diferentes*, mas *evitando que a diferença nos descaracterize* – eis a proposta dos estudos em Antropologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALÉE, W. Biodiversidade e os índios amazônicos In: CASTRO, E. Viveiros de; CUNHA, M. Carneiro da (orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII-USP-FAPESP, 1993, p. 385-393.

DIÈNE, Doudou. A Diversidade é nossa força In: *Observatório Intenacional das Reformas Universitárias (ORUS)*, n. 2, maio de 2006. Disponível em: www.orus-int.org/revue/article.php3?id_article=78. Acesso em 25.02.2008.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

JABLONSKI, N. *Skin: a natural history*. Berkeley, EUA: University of California Press, 2006.

JABLONSKI, N. G.; Chaplin, G. The evolution of human skincoloration. *Journal of Human Evolution* (39), 2000, p. 57-106.

LEWIN, R. *Evolução Humana*. São Paulo: Atheneu, 1999.

MAGNOLI, D. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

NEVES, W. A. E no princípio... era o macaco! **Estudos Avançados**, v. 20, n. 58, 2006, p. 249-285. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/21.pdf>. Acesso em: 23.09.2009.

PENA, S. D. *Humanidade sem raças?* São Paulo: Publifolha, 2008.

SILVA, H.P.; RODRIGUES-CARVALHO, C (orgs.). *Nossa origem, o povoamento das Américas: visões multidisciplinares*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

SILVA, H. P. África, Berço da Humanidade. *Ciência Hoje das Crianças*, v. 1. 168, n. 8, maio, 2006, p. 12.

SILVA, H. P. Variabilidade, raça e racismo: conversando sobre nossa diversidade biocultural. In: BELTRÃO, J.; MASTOP-LIMA, L. *Diversidade, educação e direito*. etnologia indígena. No prelo, 2009.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. *Um grande cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BELTRÃO, Jane Felipe. Haraxare Krokti Ronore Konxarti e a vigilância do território Gavião Parketêjê - laudo antropológico *Humanitas*. Belém: CFCH/UFGA, v. 13, n. 1/2, 2004, p. 101-111.

_____. Direitos Humanos e Povos Indígenas: um desafio para a Antropologia. In: COSTA, Paulo Sérgio Weyl A. (org.). *Direitos humanos em concreto*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 157-174.

_____. Diversidade cultural rima com universidade(s) ou conversa propósito de conviver e construir. *Série Aula Magna*, n. 4. Belém: Ed. UFGA, 2008.

_____. *Diversidade cultural ou conversas a propósito do Brasil Plural*. Rede da Educação em Direitos Humanos, 2008. Disponível em: http://www.redhbrasil.net/documentos/biblioteca_online/modulo3/mod_3_3.3.1b_diver_cultural_jane.pdf

BELTRÃO, Jane Felipe; MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré; MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca. De agredidos a indiciados, um processo de ponta-cabeça: Suruí-Aikewára versus Divino Eterno – Laudo Antropológico. *Espaço Ameríndio*, N. 2, 2008, p. 194-258. Disponível em: <http://www.espaçoamerindio.ufrgs.br>. Acesso em: 23.09.2009.

CARNEIRO, R. L. A Base Ecológica dos Cacicados Amazônicos. *Revista de Arqueologia*, n. 20, 2007, p. 117-154.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios de Antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Vol. 1. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em <http://www.laced.mn.ufrj.br/trilhas/>

NEVES, Eduardo Góes. O lugar dos lugares. Escala e intensidade das modificações paisagísticas na Amazônia Central pré-colonial em comparação com a Amazônia contemporânea. *Ciência e Ambiente*. (Amazônia: recursos naturais e história), v. 31. 2005, p. 79-91.

PORRO, Antonio. O antigo comércio indígena. In: PORRO, Antonio. *O povo das águas*. Ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 125-132.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Arqueología: teorías, métodos y práctica*. España: Akal, 1993.

ROOSEVELT, Anna C. O Povoamento das Américas: o Panorama Brasileiro. In: Tenório, Maria Cristina. *Pré-história da terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

Roosevelt, Anna. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia In: Neves, W. A. (org.). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1991, p. 103-141.

SCHAAN, D. P. Os Filhos da Serpente: rito, mito e subsistência nos cacicados da Ilha de Marajó. *International Journal of South American Archaeology*, n. 1, 2007, p. 50-56.

SCHAAN, D. P.; PÄRSSINEN, M.; Ranz, A.; PICCOLI, J. C. Geoglifos da Amazônia ocidental: evidência de complexidade social entre povos da terra firme. *Revista de Arqueologia*, n. 20, 2007, p. 67-82.

_____. *Marajó: arqueologia, iconografia, história e patrimônio*. Textos selecionados. Erechim, Habis, 2009a.

_____. Paisagens, imagens e memórias da Amazônia pré-colombiana. In: SILVEIRA, F. L. A.; CANCELA, C. D. (orgs.). *Paisagem e cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Ed. UFPA, 2009b, p. 7-20.

SILVEIRA, Maura I.; SCHAAN, Denise P. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. *Revista de Arqueologia*, n. 18, 2005, p. 67-80.

TRINDADE, José Damião de Lima. *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Petrópolis, 2002.